



Projeto de Voto n.º 656/ XIV/2.^a

De preocupação pelo recrudescimento do terrorismo e pela situação das mulheres e raparigas no Afeganistão

A tomada do poder no Afeganistão pelas forças Talibã levantam inúmeras incertezas e inquietações quanto ao possível recrudescimento do terrorismo internacional e quanto ao respeito pelas liberdades e direitos fundamentais, muito particularmente em relação às mulheres e raparigas.

Depois de duas décadas em que se registou uma clara promoção dos direitos e liberdades individuais após a queda do regime Talibã, que governou entre 1996 e 2001, o seu regresso ao poder levanta muitos receios fundados de que os movimentos ligados ao fundamentalismo islâmico voltem a ser protegidos e que uma interpretação rígida da lei islâmica, a sharia, seja de novo imposta, com impacto na supressão das liberdades e direitos fundamentais, particularmente das mulheres e raparigas, que agora receiam o que lhes possa acontecer no futuro próximo.

A situação das mulheres e raparigas tem estado particularmente no centro das preocupações da comunidade internacional, designadamente das Nações Unidas e da União Europeia, tendo em conta a experiência do passado de governação opressiva dos Talibã.

Tanto mais que, segundo dados do Banco Mundial, existe no Afeganistão uma das mais baixas taxas de literacia do mundo, mas que afeta sobretudo as mulheres, que é de 30 por cento, enquanto nos homens é de 55 por cento, fosso que importa colmatar e não acentuar.



Designadamente, receia-se que as mulheres percam o direito de aceder livremente à generalidade das profissões, à educação e à possibilidade de se envolverem em organizações cívicas e políticas. Receiam perder coisas tão simples como o direito de saírem sozinhas à rua, a poder frequentar escolas e a poderem aprender e ensinar, possuir o seu próprio negócio, a conduzir um carro ou participar em competições desportivas. Receiam que voltem a ser prática comum os casamentos forçados, as chicotadas e a lapidação e outras restrições graves das liberdades e direitos pessoais.

Assim, a Assembleia da República manifesta a sua mais profunda preocupação com a possibilidade do Afeganistão voltar a ser um santuário para o terrorismo e que os direitos liberdades e garantias sejam suprimidos, com particular destaque para as mulheres e raparigas, apelando a que as conquistas alcançadas ao longo de duas décadas sejam mantidas e reforçadas.

Palácio de São Bento, 20 de agosto de 2021

As Deputadas e os Deputados,

Paulo Pisco

Lara Martinho

Edite Estrela



Elza Pais

Romualda Fernandes

Paulo Porto

Diogo Leão

Susana Correia

Cristina de Jesus

Carla Miranda

Olavo Câmara

Alexandre Quintanilha

Maria Joaquina Matos

Maria da Luz Rosinha